

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 16/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 73/2015

SERVIÇO DE PORTARIA PARA ESTACIONAMENTO DO CRCRS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, entidade de fiscalização do exercício profissional contábil, criado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, com sede na Rua Baronesa do Gravataí nº 471, Porto Alegre, RS, torna público a todos os interessados, realização do Pregão Eletrônico em epígrafe, para contratação do objeto abaixo mencionado, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 6.204/07, Decreto nº 5.450/05, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Contratação de serviço de portaria/vigia/guarita para o estacionamento do CRCRS contíguo ao Centro de Cultura.

2. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto será adjudicado ao autor da proposta de menor preço global (para doze meses).

3. DO LOCAL DO PREGÃO, DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

3.1. LOCAL DA DISPUTA: www.pregaoonlinebanrisul.com.br

3.2. DATA: **09/07/2015**.

3.3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 29/06/2015 até às 09h00min, do dia 09/07/2015.

3.4. ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h01min, do dia 09/07/2015;

3.5. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **09h30min** do dia 09/07/2015.

3.6. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado;

3.7. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

3.8. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF);

3.9. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido neste Edital.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

4.1. Os esclarecimentos quanto ao Edital e seus Anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

4.2. Os esclarecimentos deverão ser feitos exclusivamente por meio de correspondência eletrônica dirigida ao pregoeiro no endereço caue@crcrs.org.br.

4.3. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas encontrar-se-ão à disposição no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

5. DA IMPUGNAÇÃO

- 5.1 – Até dois dias úteis antes da data limite para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório.
- 5.2 – Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 5.3 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, caso a alteração no edital influencie na formulação das propostas.
- 5.4 - As impugnações deverão ser protocoladas na sede do CRCRS, à Rua Baronesa do Gravataí 471, Porto Alegre-RS, CEP 90160-070.

6. DA PARTICIPAÇÃO

- 6.1 – Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar 123/06, poderão participar deste pregão **exclusivamente microempresas ou empresas de pequeno porte**.
- 6.2 – Não poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas:
- a) declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - b) que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação;
 - c) nas quais conselheiros, delegados, empregados do Sistema CFC/CRCs e seus cônjuges ou parentes até terceiro grau atuem como sócios, proprietários, prepostos, empregados ou mediante qualquer outro vínculo jurídico;
- 6.3 – A participação na presente licitação implica para a Licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e de seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

- 6.4. A participação dos interessados, no dia e hora fixados, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valores unitários e totais, exclusivamente por meio eletrônico.
- 6.5. A informação de dados para acesso deve ser feita na página inicial www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

7. CREDENCIAMENTO

- 7.1. No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome da Licitante, a pessoa por ela credenciada.
- 7.2. O credenciamento dos licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado – CELIC.
- 7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 7.4. O credenciamento e sua manutenção no respectivo cadastro dependerá de registro cadastral na CELIC.
- 7.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à PROCERGS ou ao CRCRS responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.6. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicados imediatamente à Seção de Cadastro CELIC, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

8.2 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3 – A proponente deverá anexar a proposta comercial no campo eletrônico específico.

8.4 – O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital.

8.5. A proposta deverá ser elaborada de forma clara, concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, incluindo todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado.

Parágrafo primeiro: anexo à proposta deverá ser encaminhado PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS, indicando todos os encargos trabalhistas e demais custos incidentes na contratação.

Parágrafo segundo: a proposta deverá considerar todas as condições constantes em norma coletiva da base territorial de prestação do trabalho, indicando expressamente qual a convenção aplicável.

Parágrafo terceiro: a proposta deverá indicar o valor mensal e anual do serviço. Os lances serão pelo valor anual.

9.6. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

9.7. Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

9.8. O preço inicial proposto será de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.9. O prazo de validade das propostas apresentadas nesta licitação será, automaticamente, de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura das propostas, o qual, se necessário, poderá ser prorrogado mediante concordância dos Licitantes.

9.10. As Licitantes poderão incluir nas respectivas propostas informações adicionais, catálogos ou quaisquer outros elementos, desde que de caráter meramente elucidativo.

9.11. Para efeitos deste edital, poderão ser desclassificadas as propostas que:

- a) Apresentarem irregularidades ou vícios que dificultem ou impossibilitem o seu entendimento;
- b) Não atenderem às disposições do edital ou consignarem vantagens ou condições nele não previstas;
- c) Forem manifestamente inexequíveis ou superfaturadas;
- d) Não abranjam a totalidade do objeto licitado;
- e) **NÃO ATENDAM AO DISPOSTO NO ITEM 8.5.**

10. DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

10.2 - OS LANCES SERÃO PELO VALOR ANUAL.

10.3 – Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços.

10.4 – Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.5 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema pelo próprio licitante.

- 10.6 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.7 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 10.8 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.9 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 10.10 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço.
- 10.11 – Constando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 10.12. No caso de desconexão com pregoeiro, no decorrer da etapa competitivas do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.
- 10.13. No caso de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes.

10.14. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá remeter via e-mail: caue@crcrs.org.br, em até 24 (vinte e quatro) horas, os documentos de habilitação, juntamente com o detalhamento de sua proposta devidamente atualizada. Posteriormente, deverão ser encaminhados os originais (ou cópias autenticadas) de todos os documentos solicitados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da sessão do pregão.

10.15. Aceito o valor pelo pregoeiro, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema sua proposta atualizada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.16. A proposta atualizada deverá conter a identificação da proponente, a assinatura de seu responsável legal, endereço, telefone, e-mail e nome do contato entre a licitante e o CRCRS.

11. DOS RECURSOS

11.1 – Dos atos relacionados com o pregão o recurso dependerá de manifestação do licitante ao final da sessão pública, dentro do prazo determinado pelo pregoeiro, manifestando sua intenção, com motivação simples, sendo-lhes facultado juntar memoriais relacionados à intenção manifestada no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados ao término daquele prazo.

11.2 – O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3 – A falta de manifestação imediata importará a preclusão do direito de recurso.

11.4 – Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

11.5 – Os recursos e contrarrazões de recursos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e registrados no Protocolo Geral do CRCRS, localizado na Rua Baronesa do Gravataí, 471, em Porto Alegre/RS, de 2.^a a 6.^a feira, das 8h30min às 17h30min.

11.6 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

12. HABILITAÇÃO

12.1. São documentos necessários à habilitação:

- a) Certidão Comprovando regularidade para com a Fazenda Federal e INSS;
- b) Certidão comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) Certidão comprovando a regularidade para com o FGTS;
- e) Comprovante de inscrição no CNPJ;
- f) DECLARAÇÃO da proponente de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera, caso não conste no Certificado de Registro Cadastral.
- g) Certidão da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal caso não conste no Certificado de Registro Cadastral.
- h) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial, ou alteração consolidada, quando sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de posse e nomeação de seus administradores; Registro comercial, no caso de empresa individual.
- i) CERTIDÃO SIMPLIFICADA da Junta Comercial;
- j) Prova de Alvará de Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante, acompanhado de comprovante de recolhimento da respectiva taxa para o exercício corrente;

k) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes **MUNICIPAL**, relativo ao **local da prestação do serviço**;

l) Fornecimento de atestado de capacidade técnica e/ou declaração comprovando a execução de objeto semelhante ao do edital, incluindo prazos e quantitativos, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

n) Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP.

12.2. Caso a licitante possua CERTIFICADO de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC válido na data para apresentação das propostas, fica dispensada a apresentação dos documentos constantes dos itens 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f' e 'g' acima.

12.3. Os documentos que não possuem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para a apresentação das propostas.

12.4. Os documentos devem ser apresentados em original ou cópia autenticada. Os documentos apresentados em original poderão ser restituídos ao licitante mediante apresentação de cópia, que será autenticada pelo CRCRS.

12.5. O prazo para envio da documentação será de DOIS DIAS ÚTEIS após a sessão do pregão.

13. DA ADJUDICAÇÃO

13.1 – Após a análise da documentação de habilitação recebida na sede do CRCRS, será efetuada a adjudicação do lote em questão.

13.2 – Em caso de não adjudicação constará a justificativa da mesma no Sistema de Compras On-line do Bannisul, além de citado na ata eletrônica.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 – Todos os eventos ocorridos durante a sessão pública de disputa serão registrados e publicados, em ata eletrônica, imediatamente após o término da disputa, tornando-se disponível ao acesso por qualquer cidadão.
- 14.1.1 – A ata poderá ser acessada pela pesquisa de licitações disponibilizada para o público em geral no Portal de Compras como também pela pesquisa na área de acesso restrito. Ambas publicam o mesmo conteúdo.
- 14.1.2 – Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.
- 14.2 – A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS e da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 14.2.1 – No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 14.3 – O CRCRS reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA DE PREÇOS.
- 14.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à Licitante a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
- 14.5 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do PREGÃO. As normas que disciplinam este PREGÃO serão sempre interpretadas em

favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

14.6 – O CRCRS reserva-se o direito de aceitar total ou parcialmente quaisquer propostas, ou a todas rejeitar sem que caiba a proponente qualquer direito a indenização ou ressarcimento.

14.7 – Da mesma forma, o CRCRS reserva-se o direito de contratar total ou parcialmente os itens solicitados, sem que caiba a proponente qualquer direito a indenização ou ressarcimento.

Porto Alegre, 29 de junho de 2015.

Antônio Carlos de Castro Palácios
Presidente do CRCRS

PREGÃO ELETRÔNICO 16/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 73/2015

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

Este documento foi elaborado com base na Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, constituindo peça integrante e inseparável do instrumento convocatório, contendo os elementos essenciais fixados na legislação.

2. OBJETO

Contratação de serviço de portaria/vigia/guarita para o estacionamento do CRCRS contíguo ao Centro de Cultura.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela se mostra necessária para garantir o cumprimento de normas regulamentares de acesso e políticas de uso do espaço.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1. Serviço de portaria/vigia/guarita (código 5174 do Cadastro Brasileiro de Ocupações) no estacionamento anexo ao Centro de Cultura do CRCRS, à Rua Barão do Gravataí 301 – Porto Alegre/RS.

4.2. Carga horária: de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 17:30, sem interrupção no serviço, totalizando 09 (nove) horas diárias.

4.3. Especificação do serviço:

a) Quando da entrada de veículos no estacionamento do CRCRS, identificar o motorista e anotar a placa do veículo

b) Permitir somente o ingresso de pessoas previamente autorizadas e identificadas no estacionamento do CRCRS;

c) Manter sempre o portão fechado.

d) Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer anormalidade verificada;

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar a devida substituição do empregado quando o mesmo estiver em gozo do intervalo intrajornada, ou implementar regime de turnos, sendo expressamente vedada a cobertura da jornada por apenas um trabalhador.

5.2. O grau de escolaridade dos profissionais deverá ser de nível médio completo.

5.3. Os funcionários deverão apresentar-se para o serviço devidamente identificados e uniformizados.

5.4. Os uniformes deverão estar limpos, em bom estado de conservação. Deverão ser disponibilizados uniformes adequados de verão e inverno.

5.5. A disponibilidade para o serviço deve ser imediata. A previsão de início é em 21/07.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras especificadas no edital, na proposta e/ou no contrato:

a) executar os serviços na forma como ajustada;

b) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) manter atualizado o endereço cadastrado junto ao CONTRATANTE para comunicações, inclusive eletrônico, informando imediatamente eventual alteração;

d) apresentar comprovação, ao término do ajuste ou em caso de rescisão, do pagamento de verbas rescisórias ou, de que não haverá interrupção do contrato de trabalho do empregado;

e) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas relativamente aos seus empregados, correndo de sua conta todas as obrigações e ônus de empregador e,

consequentemente, o pagamento das contribuições exigidas pela Previdência Social, seguro contra acidentes do trabalho e mais encargos da legislação vigente, em relação ao pessoal empregado nos serviços aqui contratados;

f) sempre que solicitado, apresentar, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto à obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como certidões negativas de débito salarial, expedida pela delegacia regional do Trabalho-DRT;

g) comprovar, mensalmente, o recolhimento atualizado dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados, sob pena de suspensão dos pagamentos devidos, sem prejuízo de outras sanções previstas no Contrato e Lei 8666/93, até que atenda o solicitado;

h) executar pessoalmente o serviço objeto do presente contrato, salvo autorização expressa em contrário;

i) recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, sem qualquer solidariedade do CRCRS, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, social, seguros e quaisquer outros não mencionados, em decorrência de sua condição de empregados;

j) exibir, quando solicitado pelo CRCRS, os resultados dos exames médicos dos empregados que foram destacados para os serviços, onde comprovem não serem portadores de doença infecto-contagiosa, juntando ainda atestados médicos de sanidade física e mental;

k) manter em serviço, diariamente, o número de empregados contratados para a execução do objeto do contrato, reservado ao CRCRS o direito de descontar dos pagamentos mensais as eventuais ausências desses empregados;

l) sujeitar-se, a critério do CONTRATANTE, nos limites legais, à redução ou ao aumento de prestação de serviços;

m) providenciar a imediata substituição dos empregados designados em caráter rotineiro, no caso de afastamento por falta, férias, descansos semanais e outros da espécie;

n) substituir, imediatamente, os empregados que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços, bem como quando faltarem ao serviço por qualquer motivo;

o) acatar as exigências do CRCRS quanto à execução dos serviços, normas de controle interno e rotinas do serviço;

p) substituir os uniformes se estiverem rasgados, rotos, desbotados ou puídos;

q) submeter à aprovação prévia do CONTRATANTE os indicados para a prestação de serviços em suas dependências, exceção feita ao atendimento de situações imprevistas e de emergência;

r) manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE e à reposição de mão-de-obra (em caso de ausência), bem como impedir que a mão de obra que cometer falta (caso de substituição definitiva) seja mantida ou retorne ao posto;

s) atender de imediato às solicitações quanto à substituição de mão de obra entendida pelo CONTRATANTE como inadequada para a prestação de serviços.

t) outras obrigações que forem exigidas para o fiel cumprimento do contrato, em especial as dispostas no no Edital de Abertura e no instrumento contratual.

7. DA COMPROVAÇÃO PERIÓDICA DAS OBRIGAÇÕES

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar, periodicamente, os seguintes documentos:

7.1.1. Mensalmente:

a) recibos de pagamentos de salários, inclusive eventuais adicionais extraordinário, noturno e horas extras;

-
- b) registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto);
 - c) guia de recolhimento de FGTS;
 - d) recibos de fornecimento de vale-transporte e vale-refeição;
 - e) guia de recolhimento de encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente ao contrato, devendo constar na mesma o CNPJ do CONTRATANTE e o número, data e valor total das notas fiscais às quais se vinculam.

7.1.2. Semestralmente:

- a) Certidão Negativa do FGTS.
- b) Certidão Negativa de Tributos Federais
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

7.1.3. Anualmente:

- a) avisos e recibos de férias;
- b) recibos de 13º;
- c) relação anual de informações – RAIS;
- d) sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;
- e) ficha de registro de empregado;
- f) contrato de trabalho;
- g) aviso prévio, pedido de demissão e termos de rescisão de contrato de trabalho;
- h) autorização para descontos salariais;
- i) outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

8. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização será exercida no interesse do CRCRS e, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CRCRS ou de seus agentes e prepostos.

8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal designado deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

8.3. A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la junto ao fiscal do contrato.

9. DAS PENALIDADES

Ressalvadas as situações de caso fortuito e de força maior regularmente alegadas e provadas, a CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

9.1. Advertência, caso ocorram pequenas irregularidades que não caracterizem descumprimento de cláusula contratual;

9.2. Multa, calculada sobre o valor total atualizado da proposta:

- a) 30% (trinta por cento) face à rescisão contratual causada pela CONTRATADA, ou caso a mesma se negue a firmar o contrato;
- b) 10% (dez por cento) nos casos de descumprimento de cláusula contratual que não inviabilize o cumprimento do contrato;
- c) 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto;

9.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

9.4. Declaração, pelo Presidente do CONTRATANTE, da inidoneidade da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro: A aplicação de uma das penalidades previstas nesta Cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo haver aplicação concomitante.

Parágrafo segundo. A aplicação de penalidade não será efetuada sem notificação prévia da CONTRATADA.

Parágrafo terceiro. O valor da(s) multa(s) será descontado de eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA, ou, cobrado diretamente, caso inexistam valores a serem pagos, ou, o valor da multa seja superior a estes.

Parágrafo quarto. A penalidade prevista no item 9.3 poderá ser aplicada caso a CONTRATADA demonstre conduta evitada de má-fé, ou, de qualquer forma incompatível com a seriedade do procedimento, como tais consideradas o retardamento injustificado do cumprimento do objeto do presente contrato, a recusa injustificada de assinatura do contrato, a não manutenção da proposta de modo injustificado, a perda das condições de habilitação não informada imediatamente ao CONTRATANTE, o cometimento de fraudes e o comportamento inidôneo.

Parágrafo quinto. A penalidade prevista no item 9.4 será aplicável em caso de reiteração de condutas previstas no parágrafo anterior, ainda que não tenha sido aplicada a penalidade prevista, bem como, no de comprovado envolvimento em ilícitos penais ou fiscais.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 60 (sessenta meses).

10.2. A recomposição do preço contratual ocorrerá mediante repactuação, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstrarão analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

Parágrafo único: o aumento dos custos com o advento de datas-base das categorias não caracterizará motivo para revisão dos preços do contrato antes da repactuação, cabendo ao licitante considerar tal aspecto quando da formulação da proposta de preço.

11. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto será adjudicado ao licitante que ofertar o menor preço anual.

12. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação correrão por conta do elemento de despesa "Serviços de Terceiros".

13. DO PAGAMENTO

13.1. De acordo com o artigo 64, da Lei nº 9.430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – Cofins e da Contribuição para o Pis/Pasep.

13.2. A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (INs SRF nº 1234/12 e alterações).

13.3. Após a apresentação e verificação da regularidade da nota fiscal, o pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As notificações poderão ser formalizadas por meio eletrônico.

14.2. É vedado à CONTRATADA transferir a outrem as responsabilidades e obrigações assumidas sem prévia anuência do CRCRS.

PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 16/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 73/2015

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL**, entidade de fiscalização do exercício da profissão contábil, com sede nesta Capital, na Rua Baronesa do Gravataí, 471, inscrito no CNPJ sob o nº 92.698.471/0001-33, neste ato representado por seu Presidente, Contador Antônio Carlos de Castro Palácios, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXX**, com sede **XXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato que decorre e tem seu fundamento no processo administrativo CRCRS nº 73-15 e se rege pelo disposto na Lei 8.666/93, pela proposta e demais elementos do referido processo, os quais consideram-se parte integrante e complementar do presente contrato, bem como, nas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de vigia/guarita para o estacionamento do CRCRS contíguo ao Centro de Cultura. consoante especificações do Anexo I do Edital Pregão Eletrônico CRCRS 16-15.

CLÁUSULA SEGUNDA - DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Serviço de portaria/vigia/guarita (código 5174 do Cadastro Brasileiro de Ocupações) no estacionamento anexo ao Centro de Cultura do CRCRS, à Rua Barão do Gravataí 301 – Porto Alegre/RS.

2.2. Carga horária: de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 17:30, sem interrupção no serviço, totalizando 09 (nove) horas diárias.

2.3. Especificação do serviço:

- a) Quando da entrada de veículos no estacionamento do CRCRS, identificar o motorista e anotar a placa do veículo
- b) Permitir somente o ingresso de pessoas previamente autorizadas e identificadas no estacionamento do CRCRS;
- c) Manter sempre o portão fechado.
- d) Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer anormalidade verificada;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar a devida substituição do empregado quando o mesmo estiver em gozo do intervalo intrajornada, ou implementar regime de turnos, sendo expressamente vedada a cobertura da jornada por apenas um trabalhador.

3.2. O grau de escolaridade dos profissionais deverá ser de nível médio completo.

3.3. Os funcionários deverão apresentar-se para o serviço devidamente identificados e uniformizados.

3.4. Os uniformes deverão estar limpos, em bom estado de conservação. Deverão ser disponibilizados uniformes adequados de verão e inverno.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras especificadas no edital, na proposta e/ou no contrato:

- a) executar os serviços na forma como ajustada;
- b) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) manter atualizado o endereço cadastrado junto ao CONTRATANTE para comunicações, inclusive eletrônico, informando imediatamente eventual alteração;
- d) apresentar comprovação, ao término do ajuste ou em caso de rescisão, do pagamento de verbas rescisórias ou, de que não haverá interrupção do contrato de trabalho do empregado;
- e) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas relativamente aos seus empregados, correndo de sua conta todas as obrigações e ônus de empregador e, conseqüentemente, o pagamento das contribuições exigidas pela Previdência Social, seguro contra acidentes do trabalho e mais encargos da legislação vigente, em relação ao pessoal empregado nos serviços aqui contratados;
- f) sempre que solicitado, apresentar, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto à obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como certidões negativas de débito salarial, expedida pela delegacia regional do Trabalho-DRT;

- g) comprovar, mensalmente, o recolhimento atualizado dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados, sob pena de suspensão dos pagamentos devidos, sem prejuízo de outras sanções previstas no Contrato e Lei 8666/93, até que atenda o solicitado;
- h) executar pessoalmente o serviço objeto do presente contrato, salvo autorização expressa em contrário;
- i) recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, sem qualquer solidariedade do CRCRS, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, social, seguros e quaisquer outros não mencionados, em decorrência de sua condição de empregados;
- j) exibir, quando solicitado pelo CRCRS, os resultados dos exames médicos dos empregados que foram destacados para os serviços, onde comprovem não serem portadores de doença infecto-contagiosa, juntando ainda atestados médicos de sanidade física e mental;
- k) manter em serviço, diariamente, o número de empregados contratados para a execução do objeto do contrato, reservado ao CRCRS o direito de descontar dos pagamentos mensais as eventuais ausências desses empregados;
- l) sujeitar-se, a critério do CONTRATANTE, nos limites legais, à redução ou ao aumento de prestação de serviços;
- m) providenciar a imediata substituição dos empregados designados em caráter rotineiro, no caso de afastamento por falta, férias, descansos semanais e outros da espécie;
- n) substituir, imediatamente, os empregados que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços, bem como quando faltarem ao serviço por qualquer motivo;
- o) acatar as exigências do CRCRS quanto à execução dos serviços, normas de controle interno e rotinas do serviço;
- p) substituir os uniformes se estiverem rasgados, rotos, desbotados ou puídos;
- q) submeter à aprovação prévia do CONTRATANTE os indicados para a prestação de serviços em suas dependências, exceção feita ao atendimento de situações imprevistas e de emergência;
- r) manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE e à reposição de mão-de-obra (em caso de ausência), bem como impedir que a mão de obra que cometer falta (caso de substituição definitiva) seja mantida ou retorne ao posto;
- s) atender de imediato às solicitações quanto à substituição de mão de obra entendida pelo CONTRATANTE como inadequada para a prestação de serviços.
- t) outras obrigações que forem exigidas para o fiel cumprimento do contrato, em especial as dispostas no no Edital de Abertura e no instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA COMPROVAÇÃO PERIÓDICA DAS OBRIGAÇÕES

5.1. A CONTRATADA deverá apresentar, periodicamente, os seguintes documentos:

5.1.1. Mensalmente:

- a) recibos de pagamentos de salários, inclusive eventuais adicionais extraordinário, noturno e horas extras;
- b) registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto);
- c) guia de recolhimento de FGTS;
- d) recibos de fornecimento de vale-transporte e vale-refeição;
- e) guia de recolhimento de encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente ao contrato, devendo constar na mesma o CNPJ do CONTRATANTE e o número, data e valor total das notas fiscais às quais se vinculam.

5.1.2. Semestralmente:

- a) Certidão Negativa do FGTS.
- b) Certidão Negativa de Tributos Federais
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

5.1.3. Anualmente:

- a) avisos e recibos de férias;
- b) recibos de 13º;
- c) relação anual de informações – RAIS;
- d) sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;
- e) ficha de registro de empregado;
- f) contrato de trabalho;
- g) aviso prévio, pedido de demissão e termos de rescisão de contrato de trabalho;
- h) autorização para descontos salariais;
- i) outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

CLÁUSULA SETXA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A fiscalização será exercida no interesse do CRCRS e, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CRCRS ou de seus agentes e prepostos.

6.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal designado deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

6.3. A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la junto ao fiscal do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvadas as situações de caso fortuito e de força maior regularmente alegadas e provadas, a CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

7.1. Advertência, caso ocorram pequenas irregularidades que não caracterizem descumprimento de cláusula contratual;

7.2. Multa, calculada sobre o valor total atualizado da proposta:

- a) 30% (trinta por cento) face à rescisão contratual causada pela CONTRATADA, ou caso a mesma se negue a firmar o contrato;
- b) 10% (dez por cento) nos casos de descumprimento de cláusula contratual que não inviabilize o cumprimento do contrato;
- c) 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto;

7.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.4. Declaração, pelo Presidente do CONTRATANTE, da inidoneidade da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro: A aplicação de uma das penalidades previstas nesta Cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo haver aplicação concomitante.

Parágrafo segundo. A aplicação de penalidade não será efetuada sem notificação prévia da CONTRATADA.

Parágrafo terceiro. O valor da(s) multa(s) será descontado de eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA, ou, cobrado diretamente, caso inexistam valores a serem pagos, ou, o valor da multa seja superior a estes.

Parágrafo quarto. A penalidade prevista no item 7.3 poderá ser aplicada caso a CONTRATADA demonstre conduta evitada de má-fé, ou, de qualquer forma incompatível com a seriedade do procedimento, como tais consideradas o retardamento injustificado do cumprimento do objeto do presente contrato, a recusa injustificada de assinatura do contrato, a não manutenção da proposta de modo injustificado, a perda das condições de habilitação não informada imediatamente ao CONTRATANTE, o cometimento de fraudes e o comportamento inidôneo.

Parágrafo quinto. A penalidade prevista no item 7.4 será aplicável em caso de reiteração de condutas previstas no parágrafo anterior, ainda que não tenha sido aplicada a penalidade prevista, bem como, no de comprovado envolvimento em ilícitos penais ou fiscais.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO:

8.1. O valor mensal do serviço será de R\$ XX,00 (XXXXXX).

8.2. No valor estão inclusos eventuais descontos e/ou vantagens adicionais, assim como todas as despesas relativas ao objeto do presente contrato, inclusive impostos federais, estaduais e/ou municipais porventura incidentes, seguros, taxas e/ou emolumentos, mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas, amostras e quaisquer outras não expressas no presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO:

9.1. De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – Cofins e da Contribuição para o Pis/Pasep.

9.2. A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (INs SRF nº 1234/2012 e alterações).

9.3. Após a prestação do serviço, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal, com as devidas retenções, e acompanhada de eventual documentação acessória, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

9.4. Mediante verificação da regularidade da nota fiscal, o pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

10.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do elemento da despesa “Serviços de Terceiros e Encargos”.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 60 (sessenta meses).

11.2. A recomposição do preço contratual ocorrerá mediante repactuação, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

Parágrafo único: o aumento dos custos com o advento de datas-base das categorias não caracterizará motivo para revisão dos preços do contrato antes da repactuação, cabendo ao licitante considerar tal aspecto quando da formulação da proposta de preço.

CLAÚSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- b) por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE.
- c) judicialmente, nos termos legais.

Parágrafo primeiro. Independentemente da aplicação das penalidades previstas no presente contrato, nos casos de rescisão em virtude de inadimplemento contratual, a parte inadimplente ressarcirá à outra por todos os prejuízos decorrentes da rescisão.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO:

11.1. Fica eleita a Justiça Federal, Subseção Judiciária de Porto Alegre, como foro para dirimir eventuais litígios oriundos do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. As notificações poderão ser formalizadas por meio eletrônico.

12.2. A tolerância das partes relativamente a infrações às disposições constantes do presente instrumento, não exime o infrator de cumprir com todas as obrigações assumidas, podendo ser-lhe exigida, a qualquer tempo, o cumprimento integral.

12.3. É vedada a subcontratação, salvo em situação excepcional devidamente justificada, com anuência expressa do CONTRATANTE, e desde que a subcontratada comprove preencher todos os requisitos de habilitação para contratação com o Poder Público.

Por estarem em acordo com os termos do presente instrumento, após a leitura do mesmo, firmam-no as partes em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que também subscrevem.

Porto Alegre, xx de XXXX de 2015.

Contador ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PALÁCIOS
Presidente do CRCRS

Contratada

Testemunhas - _____